



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2268 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

POLÍTICAS, PROCESSOS E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Elisabete Ferreira Esteves Campos - UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

Andréia de Souza Grava - UMESP - Universidade Metodista de São Paulo

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Resumo: Neste texto apresentamos algumas reflexões e considerações iniciais da pesquisa em desenvolvimento para analisar as políticas públicas de alfabetização no ensino fundamental e seus possíveis desdobramentos na organização escolar e práticas pedagógicas, tendo em vista o sucesso de todos os alunos/as. Iniciamos a investigação em uma escola pública de período integral, localizada em município com elevado Índice de Desenvolvimento Humano, em condições supostamente favoráveis para a alfabetização. Nosso propósito é investigar as percepções de professores/as e coordenadores/as pedagógicos sobre a efetividade da educação em tempo integral e políticas de alfabetização, tendo em vista a aprendizagem de todos os alunos/as. Os dados iniciais demonstram que, apesar das condições supostamente favoráveis dessa escola, há alunos que são reprovados ao final do 3º. ano do ensino fundamental, revelando a necessária análise crítica das políticas e da incidência de fatores que podem contribuir para o sucesso ou fracasso na alfabetização.

Palavras chave: Políticas de alfabetização. Processos de alfabetização. Fracasso escolar.

POLÍTICAS, PROCESSOS E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

Resumo: Neste texto apresentamos algumas reflexões e considerações iniciais da pesquisa em desenvolvimento para analisar as políticas públicas de alfabetização no ensino fundamental e seus possíveis desdobramentos na organização escolar e práticas pedagógicas, tendo em vista o sucesso de todos os alunos/as. Iniciamos a investigação em uma escola pública de período integral, localizada em município com elevado Índice de Desenvolvimento Humano, em condições supostamente favoráveis para a alfabetização. Nosso propósito é investigar as percepções de professores/as e coordenadores/as pedagógicos sobre a efetividade da educação em tempo integral e políticas de alfabetização, tendo em vista a aprendizagem de todos os alunos/as. Os dados iniciais demonstram que, apesar das condições supostamente favoráveis dessa escola, há alunos que são reprovados ao final do 3º. ano do ensino fundamental, revelando a necessária análise crítica das políticas e da incidência de fatores que podem contribuir para o sucesso ou fracasso na alfabetização.

Palavras chave: Políticas de alfabetização. Processos de alfabetização. Fracasso escolar.

Introdução

Apresentamos, neste texto, algumas reflexões e aspectos relevantes sobre as políticas de alfabetização e seus possíveis desdobramentos na organização escolar, no ensino e aprendizagem dos alunos/as. A preocupação com a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, tem levado a definições de políticas que vêm provocando mudanças significativas nas instituições escolares.

Em 2006, instituiu-se o ensino fundamental de nove anos de duração e matrícula aos seis anos de idade, com a

justificativa de se obter benefícios com a antecipação do processo de alfabetização. Em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) definiu a alfabetização até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Foram publicados diversos Cadernos nos anos de 2013, 2014 e 2015, subsidiando a política de formação de professores/as, coordenada pelas universidades parceiras. Os Cadernos apresentam pressupostos teórico-metodológicos, princípios e fundamentos da organização escolar; direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização; concepção de avaliação, dentre outros aspectos. Para auferir os resultados, criou-se a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) a ser aplicada ao final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2013, p. 5).

Na etapa inicial da pesquisa que propomos, levantamos os resultados dessas avaliações e constatamos que em 2013, dos alunos/as avaliados em âmbito nacional, 57% obtiveram desempenho insuficiente em relação à leitura (BRASIL, 2015). Em 2014 esse índice foi de 56% e em 2016 foi de 54% (BRASIL, 2017).

Em relação à escrita o índice, em 2014, foi de 35% dos alunos/as com desempenho insuficiente e em 2016 o índice ficou em 33,85% (BRASIL, 2017). Cabe destacar que a política de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é contraditória à essa proposta de avaliação padronizada, podendo influenciar nos resultados.

Frente a esses resultados o MEC considerou que os avanços esperados não ocorreram, o que levou a uma nova Política Nacional de Alfabetização:

A política é o conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Além disso, será criado o Programa Mais Alfabetização, que deve atender, a partir de 2018, 4,6 milhões de alunos com a presença de assistentes de alfabetização, que trabalharão em conjunto com os professores em sala de aula. A expectativa é contar com 200 mil turmas em todos os municípios brasileiros, entre os 1º e o 2º anos do ensino fundamental. (INEP, 2017).

A presença de assistentes de alfabetização requer pelo menos duas condições fundamentais: recursos financeiros e formação na área de alfabetização, o que nos leva a questionar a efetividade dessa proposta, quando sabemos que ainda há muitos municípios que não garantem o Piso Salarial Nacional, plano de carreira e o período de 1/3 de hora-atividade.

Em 2018 o MEC antecipou a alfabetização para o 2º. ano, prevista na Base Nacional Comum Curricular, antecipando também a ANA.

Partindo desse breve panorama, nosso propósito é problematizar tais políticas, dando voz àqueles/as que estão no cotidiano escolar: os professores e professoras.

Problemática e percurso metodológico

As políticas de implantação de escolas de tempo integral, especialmente com a instituição do Programa Mais Educação (BRASIL, 2010), anunciaram o propósito de melhorar a aprendizagem e elevar o desempenho dos alunos nas provas institucionais. Os resultados pouco promissores dessa política levaram ao lançamento, em 2018, do Programa Novo Mais Educação, que intensifica o ensino de Língua Portuguesa e Matemática.

Sabemos que a dificuldade na leitura e escrita têm causas variadas, dentre elas as desigualdades sociais com todas as suas consequências. No âmbito escolar, ao tratar dos fundamentos teórico-metodológicos é preciso considerar a relação dos educadores com alunos/as; acesso à recursos didático-pedagógicos; as formas de organização e de gestão das escolas, como também as condições de trabalho docente, remuneração, formação, dentre outros fatores.

É nesse contexto de políticas, processos e práticas que iniciamos a investigação por meio de entrevistas (SZYMANSKI, 2002), para analisar as percepções dos professores/as e coordenadores/as pedagógicos sobre a efetividade da educação em tempo integral e demais políticas que vem sendo instituídas e suas consequências na alfabetização de todos os alunos/as. Como afirma Charlot (1996, p.49) “é difícil pensar que as políticas e as práticas pedagógicas não produzam nenhum efeito sobre o sucesso ou o fracasso dos jovens”.

Os dados estão sendo coletados junto aos professores/as e coordenadores/ que atuam em escolas públicas de tempo integral que oferecem atividades diversas e diferenciadas, e serão analisados tomando como referência a pesquisa qualitativa (STAKE, 2011). As escolas estão situadas na região da Grande São Paulo, em município com alto Índice de Desenvolvimento Humano para que possamos investigar em que medida esse contexto favorável pode oferecer melhores condições na alfabetização de todos os alunos/as.

Com a pesquisa já iniciada, os dados de uma escola indicam que, apesar das condições supostamente favoráveis, há crianças reprovadas ao final do 3º ano do ensino fundamental: 8,73%; 4,46%; 7,69% nos anos de 2017, 2016 e 2015 respectivamente.

A identificação desses índices nos leva a formular algumas questões: É possível que as políticas de avaliações padronizadas induzindo à currículos padronizados desconsiderem a diversidade característica dos estudantes contribuindo com situações de fracasso na alfabetização? Indicar aos docentes que ensinem o mesmo currículo para todos os alunos/as é, de fato, garantir a igualdade? Não estariam as escolas sendo convocadas a resolver os históricos e graves problemas da desigualdade econômica, social e cultural dos alunos das classes populares que frequentam as escolas públicas?

Tais questões serão abordadas a partir das manifestações dos professores/as participantes da pesquisa, indicando a necessária análise crítica das políticas de alfabetização e suas consequências nos processos de práticas pedagógicas.

Considerações

A investigação em escolas de tempo integral implica em analisar e refletir sobre o histórico dessa política no Brasil, suas características e desafios. Às crianças matriculadas nessas escolas, pretende-se proporcionar diversas oportunidades de aprendizagem pelo acesso à cultura, arte, esporte, ciência e tecnologia. Procuraremos compreender esse contexto e suas ações, a partir de uma perspectiva que contemple os direitos a tempos-espacos dignos a essas crianças e jovens, como defende Arroyo (2012), para não cairmos em uma interpretação reducionista, apenas pelo aumento de tempo na mesma escola. É importante analisar a maneira como vemos e pensamos a infância e adolescência, com o aporte teórico de outros autores como Gadotti (2009) e Mool (2012).

Os tempos e espaços de formação, nos remetem a compreender a alfabetização como processo que não começa nem acaba no espaço escolar, concebendo-a como sistema de representação da linguagem (FERREIRO, 1985), por meio do ingresso na cultura escrita. Ao chegar no ensino fundamental, as crianças já tiveram contato com inúmeras fontes de leitura e interação nos dispositivos eletrônicos, construindo hipóteses e saberes que precisam ser investigados e considerados.

[...] por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e a uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisam ser compreendidos. (FERREIRO, 1985, p. 14).

A complexidade nos processos de alfabetização requer sólidos fundamentos didático-pedagógicos, exigindo dos docentes estudos e reflexões contínuas para que possam compreender o pensamento infantil, analisar e (re)planejar suas práticas adequando-as às necessidades e possibilidades dos alunos, no contexto da diversidade que caracteriza o grupo-classe.

Tais concepções estão fundamentando nossas análises, considerando que o sucesso escolar implica em políticas para o enfrentamento dos históricos problemas da educação em nosso país, como também políticas em outras instâncias que superem as desigualdades e exclusões à que são submetidas as crianças das classes populares.

Referências

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In **Caminhos da Educação Integral no Brasil, direito a outros tempos e espacos educativos**. Porto Alegre – RS, Penso, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.083 de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Brasília/DF, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

_____. **Avaliação Nacional de Alfabetização**: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. Brasília/DF: INEP, 2015.

_____. **Avaliação Nacional de Alfabetização Edição 2016**. Brasília/DF: INEP, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=75181-resultados-ana-2016-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 jan.2018.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. Tradução: Neide Luzia de Resende. **Cad. Pesq.** São Paulo, n.97 p.47-73. Maio 1996.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo, Cortez. 1985.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações e processos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

INEP. **Portal de Notícias**. 25 de outubro de 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-anuncia-politica-nacional-de-alfabetizacao-para-reverter-quadro-de-estagnacao-na-aprendizagem/21206. Acesso em 20 de fev. 2018.

MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Caminhos da Educação Integral no Brasil, direito a outros tempos e espacos educativos**. Porto Alegre – RS, Penso, 2012.

ZYMANSKI, Heloísa (org.) **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber livros, 2002.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre. Ed. Penso. 2011.

